



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ACTA Nº 01/2013

PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE BENAVENTE

Quadriénio 2013 - 2017

Início: vinte horas e quarenta minutos.

Encerramento: vinte e três horas e trinta e dois minutos.

No dia vinte e um de Novembro de dois mil e treze, em Benavente, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, teve lugar a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriénio de dois mil e treze a dois mil e dezassete.

Procedeu-se à chamada dos senhores autarcas, tendo-se verificado as seguintes presenças:

António José Ganhão, Presidente da Mesa, Irina Noel Matias Batista, Primeira Secretária da Mesa, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Segunda Secretária da Mesa, Rogério Figueira Rodrigues Pernes, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Maria Gabriela Gambóias dos Santos, Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, Domingos Manuel Marques David Pereira, Eurico Manuel da Silva Leitão, Paulo Jorge Custódio Pinto, Ana Maria da Silva Nunes Alves, todos eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária, - Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, Pedro Nuno Simões Pereira, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, António José Rabaça Silva Ribeiro, Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes, eleitos pelo PS-Partido Socialista, - Maria Laura Moraes Vieira de Carvalho Henriques, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino, Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo PPD/PSD-Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata.

Verificou-se, igualmente, a falta inicial do autarca, **Luís Filipe Gonçalves Rodrigues**, do PPD/PSD.

Estiveram, também presentes os membros da Assembleia, eleitos não directamente, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, ambos eleitos pela CDU-Coligação Democrática



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Unitária, Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, eleito pelo PPD/PSD-Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo PS-Partido Socialista. _____

Depois de ter confirmado a existência de quórum, foi pelo Senhor Presidente da Assembleia declarada aberta a Sessão, pelas vinte horas e quarenta minutos, com a presença de vinte e quatro membros. _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar e cumprimentar os senhores membros da Assembleia Municipal, os senhores membros da Câmara Municipal, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o público, bem como os órgãos de comunicação social presentes. _

Iniciou-se, então, o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, nos termos do artigo número cinquenta e dois do Anexo I à Lei Número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- **APROVAÇÃO DA ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO MANDATO DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS DO QUADRIÉNIO DOIS MIL E TREZE – DOIS MIL E DEZASSETTE**, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro: - O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que se tinha procedido à distribuição, pelos senhores membros, de cópia da acta da reunião referida, a qual teve por objectivo a eleição da Mesa da Assembleia Municipal. Realçou o facto de não ser imperativo fazê-lo, em termos legais. No entanto, fez questão de dar conhecimento oficial dos resultados dessa mesma eleição, realizada através de votação por escrutínio secreto. A acta foi subscrita por si, como o cidadão que encabeçou a lista mais votada e pelos dois escrutinadores, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo e Maria Laura Morais Vieira de Carvalho Henriques, a quem agradeceu a colaboração prestada. Foi, então, dispensada a sua leitura, submetida a aprovação e aprovada, por unanimidade. _____

- O senhor Presidente alertou para a documentação inserida nas pastas individuais, explicitando alguns procedimentos administrativos, habituais em início de mandato. _____



Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- De seguida, informou do apoio administrativo à Assembleia Municipal, que será efectuado pela coordenadora técnica dos serviços municipais, Clara Parracho, aproveitando para agradecer a disponibilidade demonstrada para, em conjunto com as suas tarefas habituais na Câmara, cumprir com mais esta função. Não quis deixar de referir o facto de se tratar duma funcionária que conhece bem e por quem tem muita estima e consideração. Agradeceu, também ao senhor Presidente da Câmara o facto de a ter disponibilizado para o exercício destas mesmas funções. Acrescentou, ainda, que a referida funcionária, não só irá cingir-se ao apoio administrativo em si, como, também, irá ser um ponto de referência de informação para os senhores membros da Assembleia, assim como o próprio Presidente da Assembleia o será e as duas secretárias da Mesa, Irina Batista e Clarisse Castanheiro. _____

- O senhor Presidente da Assembleia acrescentou, ainda, que é sua intenção trabalhar muito próximo com os representantes dos grupos políticos representados e que os trabalhos de preparação das sessões serão antecidos de um momento preparatório com eles, tendo em vista, não só a exposição dos assuntos a debater, como de fornecer os elementos que forem necessários, tentando enriquecer as intervenções dos senhores membros, bem como tentar consensualizar questões que, à partida, possam evitar uma maior polémica ou discussão, falando, designadamente, de Moções, Recomendações, Saudações, etc. que, por vezes, levam a arrastar demasiado o período de antes da Ordem do Dia. Apela, por isso, ao sentido de responsabilidade e de colaboração de todos, para que haja uma maior eficiência no desempenho de cada um na organização e no acompanhamento das sessões desta Assembleia. _____

- Por último, refere a necessidade de ser revisto o **Regimento da Assembleia Municipal**, adaptando-o ao novo quadro legal, entretanto publicado (Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro). Até lá, vai-se trabalhar com o Regimento em vigor, ainda que o mesmo contenha algumas incongruências. Propôs a criação duma Comissão de Revisão do Regimento, constituída por representantes de cada um dos grupos políticos, acompanhada e coordenada pelo Presidente da Assembleia Municipal, assunto já consensualizado com os representantes dos respectivos grupos políticos, não pretendendo, deste modo, sobrepor a maioria, mas sim a consensualização, numa matéria primordial para o funcionamento futuro deste órgão autárquico, indo-se elaborar uma proposta de constituição da mesma, a ser presente na próxima sessão de Dezembro. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, entrou na sala o autarca, inicialmente em falta, **Luís Filipe Gonçalves Rodrigues**, o qual, depois de assinar o livro de presenças, passou a tomar parte dos trabalhos da sessão, passando a mesma a decorrer com a presença de vinte e cinco membros. O senhor Presidente aproveitou, então, a oportunidade para demonstrar a sua satisfação por se encontrarem presentes todos os membros, desejando que, assim, acontecesse sempre, pois é com a plena participação de todos que mais se dignifica e prestigia a Instituição. Valorizou, também, o papel das Assembleias Municipais na vida colectiva, que alguns desconsideram um pouco, mas é com o trabalho e o esforço de todos, que se poderá reforçar o seu papel, através da actuação e postura dos seus membros, na aproximação aos cidadãos, fazendo exercer essa acção na sua plenitude, em complementaridade e articulação com a Câmara Municipal, e não assumir-se como contra-poder. A Assembleia Municipal deve exercer o seu poder legítimo, validado pelo povo, acompanhando a actividade da Câmara Municipal, com opiniões, críticas, sugestões, propostas de actuação, recomendações, sempre inseridas no quadro legal de atribuições e competências, que lhe são próprias. Só assim, com o respeito por todos e pelo papel de cada um dos órgãos, se poderá dignificar e prestigiar a acção da Assembleia Municipal, junto da opinião pública.

- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO: Nos termos do número um do artigo quadragésimo nono do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, conjugado com o artigo número vinte e cinco do Regimento, o senhor Presidente explicitou a forma legal e regimental do público intervir nas sessões da Assembleia Municipal, fazendo notar que, nas sessões extraordinárias, como é o caso, as intervenções terão que se cingir, apenas, aos assuntos da ordem de trabalhos. Deu depois a palavra aos munícipes inscritos, **Domingos Figueiredo e Nelson Lopes**, alertando-os para aquela imposição regimental: _

- O munícipe, **Domingos Figueiredo**, alegando desconhecer a imposição regimental referida pelo senhor Presidente da Assembleia, manifestou-se compreensivo com o cumprimento da mesma, solicitando, então, autorização para entregar à Mesa os dois documentos, de que vinha munido. _

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a compreensão demonstrada pelo munícipe, autorizando-o a entregar os dois documentos à Mesa, os quais, disse, irão ser devidamente encaminhados para os serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

respectivos. Transmitiu-lhe, ainda, que na próxima sessão ordinária de Dezembro, se assim o pretender, já poderá intervir sobre matérias não limitadas à respectiva ordem de trabalhos. _____

- Ainda sobre este assunto, interveio o autarca, **Luís Raposo**, manifestando a sua discordância sobre o conteúdo desta norma Regimental, pois, em sua opinião, limita a participação dos munícipes no debate público. _____

O senhor Presidente da Assembleia Municipal compreendeu a problemática da questão colocada, não pretendendo que ninguém esteja limitado nas suas intervenções. Prometeu que o assunto irá ser analisado com maior profundidade, em sede de revisão do Regimento. _____

- O munícipe, **Nelson Lopes**, começou por felicitar a nova composição da Assembleia Municipal e as suas novas regras de funcionamento, reveladoras de uma certa mudança, que realçou. Também, sugeriu alterações na forma como os membros estão dispostos na sala de reuniões, nomeadamente, os presidentes de Juntas de Freguesia que deveriam, em sua opinião, estar colocados junto com os autarcas nas bancadas, prática, disse, já habitual noutras Assembleias Municipais. Comungou, igualmente, da mesma opinião do autarca que interveio anteriormente, Luís Raposo, no tocante à limitação das intervenções do público, nas sessões extraordinárias, esperando que, efectivamente, o problema venha a ser colmatado em sede de revisão do Regimento. De seguida, pronunciou-se sobre o **ponto três** da ordem de trabalhos, alertando para a inactividade que perdura sobre a Assembleia Distrital de Santarém, não fazendo sentido a sua manutenção, por não ter qualquer funcionalidade prática. Pronunciou-se, ainda, sobre a eleição dos representantes para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Benavente, estranhando que o assunto não esteja incluído na presente ordem de trabalhos, manifestando-se disponível para continuar a fazer parte da mesma, como cidadão, apelando a que sobre essa nomeação prevaleça a competência e o desempenho em detrimento da escolha partidária de cada um.

- Em resposta a este munícipe, o senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a sua intervenção e disponibilidade demonstrada, esclarecendo que o processo de eleição para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Benavente, irá ser agendado para a próxima sessão de Dezembro da Assembleia Municipal. _____

- Pediu, entretanto, para usar da palavra o senhor Presidente do Executivo. _____



Handwritten signature in blue ink at the top right.

Handwritten signature in black ink below the blue one.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Começou por saudar todos os presentes, desejou um bom mandato aos senhores membros da Assembleia Municipal, num objectivo comum de servir melhor a população, disponibilizando a colaboração e o apoio da Câmara na actividade e funcionamento do órgão deliberativo. Respondendo ao munícipe, **Nelson Lopes**, confirmou que, efectivamente, a Assembleia Distrital de Santarém tem tido um papel inactivo ao longo dos últimos anos, só que a mesma dispõe de um património muito importante que, em sua opinião, deverá manter-se, como seja o funcionamento da colónia balnear da Nazaré, que vinha proporcionando, ao longo dos anos, semanas de férias às crianças e aos idosos mais carenciados. No âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, afirmou ainda, que os municípios integrantes estão empenhados e sensibilizados em resolver o problema, expectando-se a reactivação do seu funcionamento e a criação duma associação que permita gerir o seu património, de modo a voltar a servir as populações. _____

- Iniciou-se, então, o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, cuja documentação foi antecipadamente remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, nos termos do número dois do artigo número cinquenta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

PONTO 1 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO, PARTICIPARÁ NO VIGÉSIMO PRIMEIRO CONGRESSO DA ANMP, A TER LUGAR NO PRÓXIMO DIA VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E TREZE, EM SANTARÉM – Nos termos da alínea a) do número um do artigo segundo do respectivo Regulamento: _____

- O senhor Presidente da Assembleia explicitou o modo como iria decorrer este acto eleitoral, tendo sido apresentada uma **única lista**, designada por lista “A”, constituída pelos eleitos Hélio Manuel Faria Justino (efectivo) e Inês Branco de Almeida Vieira Correia (suplente), que foi submetida a votação por escrutínio secreto, tendo os escrutinadores nomeados pela Mesa, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, do Partido Socialista e Maria Laura Morais Vieira Carvalho Henriques, do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, registado vinte e cinco boletins de voto entrados na urna. ____
Resultado da votação: _____

Lista “A” – dezasseis votos; _____
Votos em branco – nove votos. _____

Assim, foi eleito, por maioria, como representante das Juntas de Freguesia do Município de Benavente no Vigésimo Primeiro Congresso da Associação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Nacional de Municípios Portugueses, o Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, **Hélio Manuel Faria Justino**, e, para seu substituto, a Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, **Inês Branco de Almeida Vieira Correia**. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

PONTO 2 - ELEIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO (CIMLT) – Nos termos do artigo número oitenta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- O senhor Presidente da Assembleia, após ter esclarecido que somente os autarcas eleitos directamente detinham legitimidade para votar, registou a entrada das seguintes listas: _____

LISTA “A”, da Coligação Democrática Unitária:

Como efectivos: _____

1º - António José Ganhão; _____

2º - Carlos Orlando Mendes Pauleta; _____

3º - Maria Gabriela Gambóias dos Santos; _____

4º Domingos Manuel Marques David Pereira. _____

Como suplentes: _____

1º - Manuel Luís Gutierrez de Matos; _____

2º - Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos. _____

LISTA “B”, do Partido Socialista:

Como efectivos: _____

1º - Pedro Nuno Simões Pereira; _____

2º - Luís Fernando Rato Ferreira Raposo; _____

3º Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias; _____

4º António José Rabaça Silva Ribeiro. _____

Como suplente: _____

- Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes. _____

LISTA “C”, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata:

Como efectivos: _____

1º Nuno Manuel David Ganhão Vieira; _____

2º Maria Laura Morais Vieira de Carvalho Henriques. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Como suplente: _____
- Sónia Patrícia da Silva Ferreira. _____

De seguida, decorreu a votação por escrutínio secreto, tendo os escrutinadores nomeados pela Mesa, Luís Rato Ferreira Raposo, do Partido Socialista e Maria Laura Morais Vieira de Carvalho Henriques, do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, registado vinte e um boletins de voto entrados na urna. _____

Foram apurados os seguintes resultados:

- Lista "A" – doze votos; _____
- Lista "B" – cinco votos; _____
- Lista "C" – quatro votos. _____

Procedeu-se, então, à distribuição dos mandatos na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com base nos resultados apurados e mediante a aplicação do método de Hondt, tendo sido eleitos os seguintes autarcas: _____

Como efectivos:

Primeiro - António José Ganhão, pela Coligação Democrática Unitária; ____
Segundo - Carlos Orlando Mendes Pauleta, pela Coligação Democrática Unitária; _____

Terceiro - Pedro Nuno Simões Pereira, pelo Partido Socialista; _____
Quarto - Nuno Manuel David Ganhão Vieira, pelo Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata. _____

Como suplentes:

Primeiro- Manuel Luís Gutierres de Matos, como suplente de António José Ganhão; _____

Segundo - Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, como suplente de Carlos Orlando Mendes Pauleta; _____

Terceiro - Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes, como suplente de Pedro Nuno Simões Pereira; _____

Quarto - Sónia Patrícia da Silva Ferreira, como suplente de Nuno Manuel David Ganhão Vieira. _____

Finalizado o acto eleitoral, pediu para intervir o autarca, Luís Raposo, sobre a aplicabilidade da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, manifestou concordância com o senhor Presidente da Assembleia relativamente à substituição dos membros efectivos pelos suplentes, finalizando, dizendo, que tinha ficado completamente esclarecido sobre a dúvida que tinha, ao que o senhor Presidente da Assembleia retorquiu, afirmando que, também ele, se tinha munido, "à priori", de parecer jurídico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

sobre o assunto, emanado pela própria CIMLT, confirmando que foi este o procedimento correcto. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

PONTO 3 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM –

Nos termos da alínea b) do artigo número dois do Decreto-Lei número cinco barra noventa e um de oito de Janeiro: _____

- O senhor Presidente da Assembleia referiu o modo como a presente eleição iria processar-se, tendo sido apresentada **uma única lista**, designada por lista “A”, constituída pelos eleitos, Inês Branco de Almeida Vieira Correia (efectivo) e Hélio Manuel Faria Justino (suplente), que foi submetida a votação por escrutínio secreto, tendo os escrutinadores nomeados pela Mesa, Maria Laura Moraes Vieira Carvalho Henriques, do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata e Luís Fernando Rato Ferreira Raposo, pelo Partido Socialista, registado vinte e cinco boletins de voto entrados na urna. _____
Resultado da votação:

- Lista “A” – 16 votos; _____

- Votos em branco – 9 votos. _____

Assim, foi eleita, por maioria, como representante das Juntas de Freguesia do Município de Benavente na Assembleia Distrital de Santarém, a Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, **Inês Branco de Almeida Vieira Correia**, e, para seu substituto, o Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, **Hélio Manuel Faria Justino**. _____

Comunicada a eleição, o senhor Presidente felicitou a eleita para o cargo, alertando-a para as dificuldades que irá encontrar no funcionamento da instituição, esperando que contribua para encontrar uma solução que perspetive a defesa dos interesses dos municípios que a integram, principalmente daqueles que mantiveram sempre a quotização actualizada, como é o caso do município de Benavente, e que, por isso mesmo, mais devem lutar pela preservação do seu património. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

PONTO 4 – PEDIDO DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO URBANO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, SITA NA RUA DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS, EM SAMORA CORREIA – Apreciação e eventual autorização, nos termos da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para explicitação do assunto, afirmando que a parcela de terreno, que se pretende desafectar, resultou duma área de cedência dum loteamento, destinada à abertura dum arruamento. Contudo, face ao desenvolvimento daquela zona, a mesma encontra-se bem infra-estruturada, sem necessidade de mais obras viárias. Para além disso, a referida parcela encontra-se ao abandono, sem utilidade, servindo como depósito de lixo, ervas e outros, o que tem originado reclamações por parte dos moradores. Daí este pedido de desafecção, tendo em vista a resolução definitiva da situação. _____

- Não houve discussão, tendo-se procedido, de imediato, à votação do presente ponto, o qual foi aprovado por unanimidade. _____

PONTO 5 – PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE – RELATÓRIO FINAL, nos termos do artº 105º do C.P.A. – Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas do artigo número trinta e três, número um, alínea k), com o artigo número vinte e cinco, número um, alínea g), ambos do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores autarcas tratar-se dum assunto que transita do anterior mandato, portanto já sujeito a discussão e aprovação na sua fase inicial, a que se seguiu a discussão pública. Desta última fase, não se registaram quaisquer reclamações ou sugestões, submetendo-se, agora, a apreciação e eventual aprovação, o respectivo Relatório Final. _____

- Inscreveram-se para discutir este ponto, os senhores autarcas, António José Rabaça Silva Ribeiro, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, Luís Fernando Rato Ferreira Raposo e Hélio Manuel Faria Justino. _____

- Os três primeiros autarcas, todos do Partido Socialista consubstanciaram as suas intervenções em propostas de alteração à redacção do Regulamento, incidentes sobre o preâmbulo, segundo parágrafo, e os artigos números dois, três (alínea i), quatro, cinco, nove (ponto um 1-alínea f) e número quatro), dez (alínea c), onze (alíneas d), e f) e j)), doze (alínea a), treze (alíneas b) e h)) e catorze (pontos um e quatro), que constam em documentos anexos à presente acta, para eles se remetendo. Ainda na sequência destas citadas intervenções, a autarca, Maria Leonor Dias, sublinhou a importância deste Regulamento conter formação para os horticultores comunitários. _____



style.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

4.
near

- Na sequência destas intervenções, o senhor Presidente da Assembleia lembrou os senhores autarcas que se estava perante um Relatório Final, antecedido de discussão pública, que seguiu todo um percurso legal até aqui. Lamentou que, em sede própria de discussão pública, não tenham surgido propostas para a sua alteração. No entanto, depois de auscultar algumas opiniões, e de transmitir a intenção ao senhor Presidente da Câmara, frisou ser sua intenção proceder a um processo de revisão deste Regulamento, no qual serão acolhidas estas e outras sugestões, numa perspectiva de melhor ajudar os cidadãos que necessitem destas actividades de subsistência, a efectivar num prazo, que prevê ser curto. Assumiu este compromisso, perante a Assembleia. Até lá, não deixando de reconhecer o problema, não tem outra forma do resolver, frisando a importância da sua entrada em vigor, e o facto de ser a primeira vez que existe um regulamento abrangendo esta área, indo, necessariamente, merecer o seu acompanhamento na aplicabilidade do mesmo. Questionou depois os senhores autarcas da aceitabilidade da sua proposta. _____

- Respondeu o autarca, **Luís Raposo**, concordando com o argumentário proferido pelo senhor Presidente, interrogando-o, depois, sobre qual o período de tempo julgado necessário para a conclusão do processo de revisão. _____

- Em resposta, o senhor Presidente da Assembleia apontou para Fevereiro próximo, após a criação das Comissões da Assembleia Municipal, alertando, mais uma vez, para a necessidade dos autarcas apresentarem as suas propostas de alteração em sede de discussão pública e não na fase final do processo (relatório final), evitando-se, assim, a situação que está a acontecer.

- O autarca, **Luís Raposo**, solicitou ao Senhor Presidente a concessão dum intervalo de três minutos para conferenciar com os seus colegas de partido, o que foi concedido. _____

- Antes, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra, tentando sensibilizar os senhores membros para, face à situação económica do país, este processo das hortas comunitárias, ter sido muito requisitado pela população, daí a sua preocupação em ver resolvida esta questão da aprovação final do Regulamento. Crê da justeza da pretensão, de não protelar mais o processo, reconhecendo, no entanto, da necessidade do estabelecimento de regras e de critérios para atribuição destes espaços. Relativamente, às propostas de alteração apresentadas, não consubstanciam as mesmas questões muito relevantes, à excepção da inscrição e da ordenação dos candidatos, fase que poderia desde já avançar, com a aprovação do documento, avançando, em paralelo, o processo de revisão, ficando os munícipes a ganhar, indo ao encontro das suas expectativas, pois encontram-



style

4.
fied

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

se já disponibilizadas cerca de sessenta hortas para o efeito, sendo trinta para Benavente e outras trinta para Samora Correia. _____

- Seguiu-se, então, o intervalo de três minutos, solicitado pelo autarca Luís Raposo. _____

- Foram retomados os trabalhos pelas vinte e duas horas e vinte minutos, usando da palavra o autarca, **António José Rabaça**, do Partido Socialista, que sugeriu a inclusão na redacção do Regulamento de algumas das propostas de alteração, que, conjuntamente com os colegas de partido, apresentou, as quais, alegou, só trariam melhoramentos e vantagens para a população que irá servir. _____

- Respondeu o senhor Presidente da Assembleia, indignando-se com esta atitude, pois ao aceitar-se estas alterações, entrava-se num processo de revisão, que todos já consideraram que era fundamental e urgente, reafirmando a disponibilidade da Mesa para aceitar o erro do artigo oitavo do Regulamento e manter o articulado, tal como está, perante o compromisso solene de se proceder à revisão do documento, contando-se, não só, com o contributo do Partido Socialista, mas também dos restantes partidos representados, não fazendo qualquer sentido a aceitação de propostas, que não cabem nesta fase do processo, mas sim num processo de Revisão. _____

- O autarca, **António José Rabaça**, apelou à compreensão do senhor Presidente para a sua inexperiência de autarca, não deixando de referir tratar-se dum Regulamento que transita dum mandato para outro, considerando, por isso, legítimo o apontar destas dúvidas, mas, no entanto, compreende a situação. _____

- Pediu, entretanto, para intervir, o autarca, **Hélio Manuel Faria Justino**, considerando extemporâneas as propostas de alteração, ainda que pertinentes, por não terem respeitado o "timing" próprio, poderão vir a integrar o processo de revisão, sem que forcem a reabertura do presente processo. _____

- Retorquiu o autarca, **Luís Raposo**, rotulando a intervenção anterior de "enormidade", explicando que a proposta apresentada pela Câmara Municipal pode ser alterada pela Assembleia Municipal, por não se tratar de matéria compreendida no número três do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- O senhor Presidente da Assembleia apelou à compreensão e moderação do autarca, **Luís Raposo**, considerando indelicado o termo usado para com o autarca, **Hélio Justino**, cuja intervenção achou de extrema importância. Pôs termo à discussão, considerando a mesma esgotada, apelando, novamente, ao bom senso de todos e reafirmou o compromisso já anteriormente assumido. ____

- Posto o **ponto número cinco a votação**, foi o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor: catorze da Coligação Democrática Unitária e quatro do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, e sete abstenções: seis do Partido Socialista e uma do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, apresentando os autarcas do Partido Socialista uma declaração de voto, que se anexa, fazendo parte integrante desta acta. ____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. ____

PONTO 6 – PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO CARTÃO SÉNIOR, CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR 65 + - RELATÓRIO FINAL, nos termos do artº 105º do C.P.A. – Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea k), com o artigo vigésimo quinto, número um, alínea g), ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: ____

- Pediram para intervir na discussão do presente ponto da ordem de trabalhos, os autarcas **Pedro Pereira** e **Luís Rodrigues**. ____

- O autarca **Pedro Pereira**, concordou com o espírito que presidiu à elaboração do Regulamento, que tem um carácter social, entendendo, no entanto, que deveria ser fixado o montante da pensão ou reforma, abaixo do qual os idosos poderiam vir a beneficiar do cartão e acima do qual já não poderiam beneficiar do mesmo, propondo que, esse valor, deveria ser fixado no articulado do Regulamento. Mais referiu, a título de exemplo, que quem ganhe cerca de dois mil euros por mês, não terá grande necessidade de usufruir do cartão, podendo, deste modo, vir a criar situações de alguma injustiça. Gostaria mesmo, de ouvir a opinião das restantes forças partidárias, sobre este assunto. Acrescentou, ainda, à sua intervenção, a questão de ser exigido na alínea c) , número um , do artigo quinto, o cartão de eleitor, quando mais à frente, na alínea d) esta exigência repete-se, com o comprovativo de residência no concelho. ____

- O autarca, **Luís Rodrigues**, referiu na sua intervenção questões relacionadas com o último parágrafo da Nota Justificativa, com os artigos quinto e sexto e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

com algumas sugestões ortográficas que desejaria que fossem contempladas. Sugeriu, para não alongar mais a intervenção, que as suas propostas fossem depois enviadas por escrito, via e-mail, para constarem em acta. _____

- O senhor Presidente da Assembleia informou os presentes que, a Mesa acolherá todos os contributos, que não sejam substanciais na essência daquilo que é o Regulamento, isto é, que não venham a colidir com o seu articulado, já anteriormente submetido a discussão pública. Nestas condições, estará à disposição para os recepcionar. Acrescentou, ainda, que é sua intenção vir a propor, em sede de comissão da Assembleia Municipal, com a concordância essencial do órgão Executivo, a entrada em processo de revisão deste Regulamento, à semelhança do das "hortas comunitárias", com o intuito dos Regulamentos poderem vir a melhorar, a tornarem-se mais transparentes, mais eficazes e, também, de melhor servirem os interesses gerais e específicos da população. _____

- Posto o ponto número seis a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

PONTO 7 – PROPOSTA PARA REFORÇO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO – Nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugado com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para enquadrar o contexto do ponto em questão, salientando que este surge na sequência da entrada em vigor da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, cujo articulado prevê que o apoio ao desenvolvimento das actividades das Juntas de Freguesia passe a ser da competência das Assembleias Municipais _____

- Na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, inscreveram-se os autarcas, **Luís Raposo e Luís Rodrigues**. _____

- **Luís Raposo** questiona se esse apoio financeiro, que ora se pede, não terá que ser especificado no concreto, ou seja pressupõe-se que um pedido de comparticipação financeira, não é feito em abstracto, tem sempre que ter uma finalidade. É de opinião que não existe nenhum fundamento legal que atribua um reforço da capacidade financeira, com a alegação vaga e genérica de ausência de meios financeiros. _____



style

[Signature]

4. fees

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- **Luís Rodrigues** interroga-se pela diferença de valores a atribuir a cada uma das Juntas de Freguesia de Benavente e de Samora Correia. _____

- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu, primeiro, o autarca **Luís Rodrigues**, afirmando que a discrepância dos valores a atribuir a cada uma das duas Juntas de Freguesia, resulta do número de candidaturas disponibilizadas ser maior em relação à de Benavente, daí a necessidade de verba mais elevada para os suportar. _____

- Relativamente à intervenção do senhor **Luís Raposo**, o Presidente do Executivo compreende a questão por ele colocada mas, face à alteração legislativa e à transição de mandato, entretanto ocorrida, foi a única forma que se encontrou para tentar atenuar as dificuldades económicas das famílias, traduzidas, muitas vezes, na ausência total de rendimentos, havendo muitos casos até sinalizados pelos serviços sociais e pelo Centro de Emprego. Termina, solicitando a melhor compreensão e colaboração de todos para resolver esta situação. _____

- Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal e ainda sobre esta matéria, o senhor Presidente da Assembleia fez questão de fazer uma breve nota de referência e de enquadramento. _____

- Até à entrada em vigor da citada legislação, era permitido às Câmaras Municipais estabelecerem acordos de colaboração com as Juntas de Freguesia, que permitiam a contratação de pessoal, através do Centro de Emprego, os chamados "POC`s", muitos deles a receber o RSI ou subsídio de desemprego, única forma da Câmara poder colmatar a falta de pessoal, principalmente pessoal auxiliar nas escolas. Quando a lei entrou em vigor, acabou, para a Câmara Municipal, esta possibilidade contratual de colocar pessoas a trabalhar nas escolas, a maior parte pessoas da terra, conhecedoras do meio, inseridas em contexto escolar. Era uma prática do Executivo. Agora, existe este impedimento, traduzido no facto da Câmara Municipal não poder financiar directamente as Juntas de Freguesia, para este efeito. _____

Assim, como esta competência passou a ser das Assembleias Municipais, enquadra-se este pedido de reforço financeiro, no articulado da nova Lei. _____

Concluída a intervenção do senhor Presidente da Assembleia, pediu para intervir o autarca, **Luís Rodrigues**, que, apesar da intenção de votar favoravelmente esta proposta, não concorda com a verba a atribuir às escolas, pois, em sua opinião, devia ser reforçado o pessoal auxiliar nas escolas básicas, mesmo sabendo de antemão não se enquadrar nas competências da Câmara Municipal. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Pediu, também, para intervir, o autarca, **Luís Raposo**, para solicitar à Mesa dois minutos de intervalo, para conferenciar com os seus colegas de bancada.

- Foram retomados os trabalhos pelas vinte e três horas e cinco minutos, com vinte e dois autarcas presentes, procedendo-se de imediato à **votação deste Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por maioria**, com dezassete votos a favor: doze da Coligação Democrática Unitária, quatro do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata e um do Partido Socialista e cinco abstenções, também, do Partido socialista. Não votaram 3 (três) autarcas, por se encontrarem, momentaneamente, ausentes da sala, sendo: 2 (dois) da CDU-Coligação Democrática Unitária, Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos e Hélio Manuel Faria Justino e 1 (um) do PPD/PSD, Luís Filipe Gonçalves Rodrigues.

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta.

PONTO 8 – PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA DE SAMORA CORREIA – Nos termos da alínea j) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugado com a alínea ccc) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro de Setembro, bem como para os efeitos do artigo sexto da Lei número oito barra dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro, solicitando autorização para a respectiva repartição de encargos:

- Para fazer o respectivo enquadramento, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que este apoio se destina concretamente à construção do edifício, aquisição de equipamento e aos respectivos arranjos exteriores. A Junta de Freguesia de Samora Correia é quem irá proceder à execução da obra, indo a Câmara Municipal apoiar com o valor de cento e cinquenta mil euros, disponibilizando de imediato, depois de aprovado este ponto, cinquenta mil euros e os restantes cem mil, com a apresentação dos respectivos autos de medição, tendo assumido a responsabilidade de efectuar o acompanhamento técnico da obra. Estima-se que esta verba cubra a totalidade da despesa da obra. A Junta de Freguesia de Samora Correia assumirá o restante valor, conforme já acordado.

- Inscreveram-se para usar da palavra os autarcas, **Luís Rodrigues e Luís Raposo**.

- **Luís Rodrigues** contesta o facto de na proposta de atribuição de apoio financeiro para esta obra, mencionar-se ser uma das obras mais reclamadas da freguesia, não comungando da mesma opinião. No anterior mandato, como membro da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, teve a oportunidade de acompanhar o processo, havendo, até, quem divergisse da sua localização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- **Luís Raposo**, enunciou algumas questões que gostaria de ver transcritas em acta: _____

Primeira - Há projecto aprovado? _____

Segunda - Foram previstas todas as formalidades com vista ao seu licenciamento? _____

Terceira - A obra foi licenciada? _____

Quarta - A obra foi executada por administração directa ou por empreitada? _____

Quinta - Se foi por administração directa, qual o valor estimado? _____

Sexta - Se foi por empreitada, foi por ajuste directo ou por concurso público? _____

Sétima - Em qualquer dos casos, o mesmo foi lançado na plataforma electrónica? _____

- **O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu**, afirmando ser da Junta de Freguesia de Samora Correia, na qualidade de dona da obra, a responsabilidade de todo o processo de desenvolvimento da mesma. A Câmara Municipal apenas comparticipa no apoio financeiro e no acompanhamento técnico da obra. Neste sentido, pedia para ser secundado nesta intervenção pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia. _____

- Usou, então, da palavra **o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia**, para responder ao autarca, **Luís Raposo**, confirmando que a obra se encontra licenciada, que a mesma foi adjudicada através de empreitada, por ajuste directo, pelo valor total de cento e vinte e quatro mil quinhentos e onze euros, acrescido de IVA, acrescentando encontrar-se à sua disposição para consultar o processo, se assim o pretender. _____

Quanto à intervenção do autarca, **Luís Rodrigues**, informou que a localização da obra foi alvo de discussão pública na Junta de Freguesia, com a participação de todos os autarcas, reiterando a necessidade de realização desta obra para a população de Samora Correia, atendendo ao espaço exíguo da actual casa mortuária. _____

Respondeu, ainda, ao autarca **Luís Raposo**, esclarecendo que a Junta de Freguesia está dispensada da necessidade de proceder ao lançamento da obra na plataforma electrónica, com base num parecer emitido pela ANAFRE, que disponibilizará ao senhor autarca, se assim o pretender. _____

Depois, perante mais um pedido de esclarecimento, desta vez pelo autarca, **António José Rabaça**, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, esclareceu-o que o valor da adjudicação referido não contempla a aquisição do equipamento, daí não se correr o risco de não se ter optado pela forma de concurso público, aquela verba destina-se sómente à construção e não ultrapassará os cento e cinquenta mil euros, limite a partir do qual obriga a concurso público. Atendendo aos poucos recursos financeiros da Junta de



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.
4.
Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Freguesia e a exemplo de outras obras anteriores, optou-se pela execução desta obra por fases, ou seja ela será executada em função das disponibilidades financeiras existentes. _____

- Retomando a palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção do autarca **António José Rabaça**, para que, quando pretender usar da palavra, peça autorização prévia, conforme o preceituado regimental. _____

- O autarca **Luís Raposo**, referiu ainda o facto do senhor Presidente da Junta de Freguesia não ter respondido à questão do valor com que foi adjudicada a obra, ao qual este respondeu com o valor de cento e vinte e quatro mil quinhentos e onze euros, acrescido de seis por cento de IVA, e não de vinte e três por cento, conforme insinuou, entretanto, o autarca Luís Raposo, pensando que, assim, se ultrapassaria a verba dos cento e cinquenta mil euros.

- Terminada a discussão, o senhor Presidente da Assembleia **pôs à votação este ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria**, com vinte votos a favor: sendo catorze da Coligação Democrática Unitária, cinco do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata Democrata e um do Partido Socialista, um voto contra do Partido Socialista e quatro abstenções, também, do Partido Socialista. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

PONTO 9 – PROJECTO DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE E DOS RESPECTIVOS ANEXOS QUE DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE – RELATÓRIO FINAL, nos termos do artº 105º do C.P.A. – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea g) do número um do artigo vigésimo quinto, conjugado com a alínea k) do número um do artigo trigésimo terceiro, ambos do Anexo I à Lei nº setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro: _____

- Não se registaram intervenções dos senhores autarcas, **pelo que se passou à votação deste Ponto, resultando a sua aprovação por maioria**, com vinte votos a favor: sendo catorze da Coligação Democrática Unitária, cinco do Partido Popular Democrático barra Partido Social Democrata, um do Partido Socialista e cinco abstenções, igualmente do Partido Socialista. _____

- Este ponto foi aprovado sob a forma de minuta. _____

Encerrado o período de discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal anunciou a votação da minuta das deliberações relativas aos Pontos números um, dois, três, cinco, seis, sete, oito e nove da Ordem de Trabalhos, para que produzam efeitos imediatos, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

abrigo do preceituado nos números três e quatro do artigo número cinquenta e sete do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade. _____

- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente Sessão, pelas vinte e três horas e trinta e dois minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente acta, que foi apreciada e votada na Primeira Sessão Ordinária subsequente, realizada no dia dezanove de Dezembro de dois mil e treze, com as alterações propostas, sendo rubricada e assinada por todos os membros da Mesa e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica do Município, que a elaborei.

O Presidente da Assembleia Municipal,



A Primeira Secretária,



A Segunda Secretária,



A Coordenadora Técnica,



Na sessão em que foi aprovada a presente acta, a Mesa da Assembleia Municipal foi integrada pelo seu Presidente, António José Ganhão, pela Segunda Secretária, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, em substituição como Primeira Secretária e por Sílvia Arminda Calado Frazão, autarca que, em substituição, desempenhou as funções de Segunda Secretária. _____

Proposta de alteração à Proposta de Regulamento das Hortas Comunitárias do Concelho de Benavente

Considerando a falta de rigor técnico, a ausência de regras operacionais e a existência de erros e omissões no texto apresentado, propõem-se as seguintes alterações:

Preâmbulo (2º Parágrafo):

Onde se lê:

“Nestes espaços os munícipes que não possuem terreno próprio poderão cultivar produtos como a alface, tomate, couve, espinafre, entre outras verduras e legumes, e plantas aromáticas e condimentares.”

Propõe-se:

“Nestes espaços os munícipes que não possuem terreno próprio poderão cultivar todas as espécies hortícolas ou frutícolas comestíveis com ciclo vegetativo anual, exceto as que, em qualquer fase de desenvolvimento, ultrapassem um metro de altura.”

Art.ºs 2.º, 4.º, 5.º

Onde se lê “de Benavente”, deverá escrever-se “do concelho de Benavente”

Artº 3º. Objetivos

Propõe-se a introdução de uma alínea i):

alínea i): incentivar a adoção de práticas agrícolas que evitem a utilização regular de produtos fitofarmacêuticos.

Art.º 9.º

Onde se lê:

1. f)- “outros”

Propõe-se:

f)- outros candidatos.

Onde se lê:

4. “Os outros serão...”

Propõe-se:

4. Os outros candidatos serão...

Artº 11. Deveres dos utilizadores

onde se lê:

alínea d) “utilizar racionalmente a água”

Propõe-se:

alínea d) “utilizar racionalmente a água, adubos e produtos fitofarmacêuticos, principalmente quando estes possam prejudicar as culturas instaladas nos talhões adjacentes;”

onde se lê:

alínea e) “iniciar as práticas agrícolas num prazo de 20 dias após a assinatura do Acordo de Utilização de Parcela e manter as hortas em exploração”

Propõe-se:

alínea e) “dependendo de condições meteorológicas, iniciar as práticas agrícolas de acordo com o calendário de culturas de cada estação do ano (outono, inverno, primavera ou verão) e manter as hortas em exploração;”

onde se lê:

alínea f) “respeitar as recomendações e indicações prestadas pelos funcionários da CMB”

Propõe-se:

alínea f) “respeitar as recomendações e indicações prestadas pelos funcionários da CMB, responsáveis pela coordenação das Hortas Comunitárias;”

Artº 12º. Organização das Hortas Comunitárias

onde se lê:

alínea a) “Talhões: podem ser partilhados por elementos do mesmo agregado familiar cumprindo estes os mesmos deveres e direitos do presente regulamento”

Propõe-se:

alínea a) “Talhões: podem ser partilhados por elementos do mesmo agregado familiar ou por outros, devidamente identificados pelo candidato no ato da inscrição, cumprindo estes os mesmos deveres e direitos do presente regulamento;”

Artº 13. Proibições

onde se lê:

alínea b) "o cultivo de toda e qualquer cultura não prevista na alínea a) do Artº 8º"

Propõe-se:

alínea b) "o cultivo de toda e qualquer cultura não prevista no Preâmbulo do presente regulamento;"

onde se lê:

alínea h) "o recurso a terceiros para o cultivo da parcela, com exceção dos membros do agregado familiar"

Propõe-se:

alínea h) "o recurso a terceiros para o cultivo da parcela, com exceção dos membros do agregado familiar e de outros, devidamente identificados pelo candidato no ato da inscrição."

Artº 14. Duração, renovação e rescisão do Acordo de Utilização da Parcela

onde se lê:

Ponto 1. "O Acordo de Utilização de Parcela, celebrado ao abrigo do presente Regulamento nos termos do Anexo II, é válido pelo período de um ano, podendo ser renovado por períodos sucessivos e iguais, a pedido do utilizador, sem prejuízo do disposto nos números seguintes."

Propõe-se:

Ponto 1. "O Acordo de Utilização de Parcela, celebrado ao abrigo do presente Regulamento nos termos do Anexo II, inicia-se em 1 de Setembro e é válido por um ano agrícola, terminando em 31 de Agosto do ano seguinte, podendo ser renovado por quatro vezes, a pedido escrito do interessado, até 30 dias do seu termo, sem prejuízo do disposto nos números seguintes. Após quatro renovações sucessivas, o utilizador poderá instruir novo processo de candidatura, para atribuição da mesma ou nova parcela."

Ponto 4.

Onde se lê:

"Em caso de rescisão por iniciativa do Município, se possível e justificável, será concedido um prazo entre dois a quatro meses, a acordar com o utilizador, de forma a garantir a recolha de colheitas já efetuadas."

Propõe-se:

"Em caso de rescisão por iniciativa do Município, se possível e justificável, o Utilizador procederá à devolução da parcela, em 1 de setembro, de forma a garantir a recolha de colheitas já efetuadas."

Benavente, 21 de Novembro de 2013

Luís Fernando Rato Ferreira Raposo

Luís Fernando Rato Ferreira Raposo

Pedro Nuno Simões Pereira

Pedro Nuno Simões Pereira

Maria Leonor Gomes S. Rodrigues Dias

Maria Leonor Gomes S. Rodrigues Dias

António José Rabaça Silva Ribeiro

António José Rabaça Silva Ribeiro

Célia De Jesus C. Semeano Fernandes

Célia de Jesus C. Semeano Fernandes

Assembleia Municipal - Clara Parracho

De: Pedro Pereira <pedro.099@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 4 de Dezembro de 2013 09:07
Para: Mail_AssembleiaMunicipal
Assunto: Fwd: Regulamento Hortas Comunitárias

Bom dia Clara!

Aqui vai então o solicitado!

Obrigado!

----- Mensagem encaminhada -----

De: Leonor Dias <mleonorsd@hotmail.com>
Data: 4 de dezembro de 2013 02:17
Assunto: Regulamento Hortas Comunitárias
Para: Pedro Pereira <pedro.099@gmail.com>

Pedro:

De acordo com o solicitado, aqui vão as sugestões de alteração que apresentei na 1.ª sessão extraordinária da AM, de 21/11/2013, referentes ao regulamento das hortas comunitárias do concelho de Benavente:

Artigo 10.º - Direitos dos utilizadores:

Acrescentar uma alínea c):

c) a frequência de formação.

Artigo 11.º - Deveres dos utilizadores:

Acrescentar uma alínea j):

j) frequentar todas as ações de formação obrigatórias para utilizadores (horticultores comunitários).

Resto de boa semana!

Leonor

Ponto 5

Dedução de voto: os eleitos do Partido Socialista abstiveram-se por considerarem que a proposta de Regulamento que foi submetida à sua apreciação enferma de falta de rigor técnico, ausência de regras operacionais e de erros e omissões.

Os Fernando Rato Ferreira Rêgo
Pedro Nunes Simões Pereira

António José Ribeiro Silva Rêgo

Luís Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias

Célia de Jesus com a Jurema e os seus